



Telejornalismo e acessibilidade comunicacional: um olhar para o outro com deficiência

Kelly Scoralick¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: A temática da deficiência ganha fórum nesse estudo. Apresentamos a falta de acessibilidade comunicacional na televisão que dificulta o acesso das pessoas com deficiência – em especial, aqueles com deficiência visual e auditiva - aos materiais produzidos. Destacamos a audiodescrição e a janela de Libras, recursos essenciais que permitem a inclusão dessas pessoas nas reportagens no telejornalismo. A discussão vai ao encontro de um jornalismo ético, responsável socialmente e que contribua para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: televisão; telejornalismo; acessibilidade; pessoas com deficiência; cidadania.

1. Introdução

Perceber a televisão como um meio de promoção da cidadania. Esse é o primeiro passo para esse estudo. A TV alcança os mais diversos setores da sociedade, em variados níveis culturais e sociais. É um veículo de comunicação que exerce fascínio por sua visibilidade, essencialmente feita pela imagem, seja através das grandes produções ficcionais, seja através da exibição de fatos que representam o ‘real’. No Brasil, especificamente, é a televisão a maior representante do espaço de visibilidade da sociedade.

Na lei da era do audiovisual o “que não aparece na TV não aconteceu de fato”. Aquilo que não se torna visível no plano do olhar eletrônico não existe. Para Dominique

¹ Doutoranda ECO-UFRJ, Mestre em Comunicação pela UFJF, especialista em Audiodescrição e Mídia e Deficiência pela UFJF. Professora no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Editora de texto TV Integração UFJF.

Wolton (2004) a TV é a janela para o mundo. É o principal meio de informação e divertimento do público. É o lugar de destaque dos grandes assuntos da população, a grande esfera pública, segundo Eugênio Bucci (2004). A televisão seria “o ponto focal da família, no qual veem as novelas, programas de auditório, *realitys-shows* e, é claro, o telejornal” (TEMER, 2010, p.101).

Inserido neste veículo de comunicação, o telejornalismo continua sendo a principal fonte de notícias de centenas de milhares de pessoas, especialmente em um país de escassa leitura. A grande maioria da população não passa despercebida pelos assuntos que são manchetes nos telejornais. Apontamos nosso olhar para o jornalismo realizado dentro desse veículo de comunicação. Cientes da função do jornalismo enquanto serviço público, que forneça aos cidadãos e cidadãs informações essenciais para viverem e, conseqüentemente, para tomarem suas decisões diárias, além de moldar seus pensamentos e ações, visamos um jornalismo ético, responsável socialmente e que contribua para uma sociedade mais justa e solidária. Isenta de preconceitos e amarras. Abordamos, assim, a importância de uma comunicação, especificamente de um telejornalismo, que possa contribuir para o exercício da cidadania, com o fortalecimento das identidades marginalizadas, aqui tratada das pessoas com deficiência, e ainda oferecendo acessibilidade comunicacional que inclua todas as pessoas, entre elas, aquelas que têm alguma deficiência.

Quando discutimos a questão da deficiência o que está em jogo é o tema do outro, da alteridade. Aqui chamamos atenção para repensar nosso modo de ver esse outro. Ao contrário do indivíduo moderno, o sujeito pós-moderno não é mais obrigado a pensar a si mesmo na distância que separa o normal do anormal. A diferença não é mais uma questão de oposição a um determinado padrão de normalidade. A polarização das noções de normal e anormal busca dar lugar ao entendimento de que a natureza humana comporta uma infinidade de condições existenciais. Sob a ótica dos novos tempos, procura-se uma abertura de possibilidades onde este grupo excluído ocupe seu espaço - de direito - na vida social e passe a ser parte do processo histórico e político.

A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. No Brasil, segundo o Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população têm algum tipo de deficiência – seja física, mental, auditiva ou

visual - totalizando quase 45 milhões de pessoas. No Censo anterior, realizado em 2000, a população brasileira com alguma deficiência era de 14,5%. A classificação foi dada a partir da autodeclaração da população.

Neste levantamento a deficiência visual apresentou o maior índice, ocorrendo em 18,6% da população, totalizando 6,5 milhões de pessoas, sendo 582 mil cegas e seis milhões com baixa visão, que é a deficiência moderada ou grave. A deficiência motora vem em segundo lugar, em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

Para que os princípios do paradigma inclusivo saiam do papel é fundamental a mobilização dos mais diversos setores da sociedade. A recente Lei Brasileira da Inclusão é parte da luta para respeito aos direitos das pessoas com deficiência. No artigo 58 aborda, entre outros, o direito desse grupo à cultura, esporte, turismo e lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. E garante o acesso a bens culturais; a programas de televisão, cinema, teatro, e outras atividades culturais e desportivas. Garante ainda a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todo patrimônio cultural. Por barreiras entende-se qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. É a garantia da acessibilidade.

2. Acessibilidade e a comunicação

A acessibilidade é o direito que viabiliza e potencializa os demais direitos e é indispensável para que haja um processo de efetiva inclusão. Ela oferece condições para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, a todos os espaços e meios, pelas pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida.

Abrange a questão arquitetônica, que garante essencialmente o acesso aos espaços físicos. Assim, temos que um indivíduo será mais ou menos limitado, em termos de funcionalidade e participação, quanto mais ou menos deficiente ou acessível for o seu ambiente. Mas a acessibilidade também inclui a questão atitudinal, que é a forma de tratamento dada por cada pessoa, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e

discriminações em relação às pessoas em geral.

Dentro da acessibilidade está embutida também a questão comunicacional. Para que ela ocorra é preciso que não existam barreiras na comunicação interpessoal, escrita e na virtual, referente à acessibilidade digital.

A acessibilidade comunicacional começou a ser discutida somente em 2000. A lei federal nº 10.098, de dezembro de 2000, regulamentada em 2004 pelo decreto federal 5.296 abordava o tema. Estabeleceu no artigo 17 a eliminação de barreira na comunicação para tornar acessíveis os sistemas de comunicação. E no artigo 18 aborda a implementação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e guias-intérpretes para facilitar a comunicação direta de pessoas com deficiência sensorial e dificuldade de comunicação.

Hoje os recursos de acessibilidade disponíveis na televisão brasileira são a legenda oculta (*closed caption*); a interpretação na Língua Brasileira de Sinais (Libras) - ambos voltados para inclusão das pessoas com deficiência auditiva; e, ainda, a audiodescrição, focada principalmente no público com deficiência visual.

Segundo a Norma Complementar nº 01/2006, do Ministério das Comunicações (MC), que estabelece os recursos de acessibilidade na TV aberta, a legenda oculta é a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, dos efeitos sonoros, som ambientes e outras informações que que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. A Janela de libras é um espaço na tela em que as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais. A audiodescrição é definida como a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais.

O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela (POZZOBON, G.; POZZOBON, L., 2010).

O usuário recebe a informação contida na mensagem ao mesmo tempo em que ela aparece. As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos ‘silêncios’ das cenas, seja na tela ou no palco. E

não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Ocorreram debates para aplicação da audiodescrição na televisão analógica, que já ofertava o *closed caption* e a janela de intérprete de Libras. Mas a obrigatoriedade do uso da AD acabou sendo transferida para a TV digital. Para ter programação com audiodescrição basicamente o usuário deve apertar a tecla SAP (*second audio program*) no controle remoto do televisor e acionar um outro canal de áudio que tenha o recurso de AD.

3. Políticas públicas para a acessibilidade comunicacional

No Brasil, a audiodescrição começou a ser amparada em 2000 pela Lei Federal nº 10.098, apelidada de Lei da Acessibilidade, e pelo Decreto 5.296/2004 que a regulamenta. A medida ficou válida somente para a TV aberta, não sendo definida a obrigatoriedade para as TVs por assinatura de veiculação de programação com AD. Cabia inicialmente à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a responsabilidade para a regulamentação da implantação do plano de medidas técnicas referentes à acessibilidade na comunicação. Mas, posteriormente, foi repassada ao Ministério das Comunicações (MiniCom), por meio da publicação do Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. Assim, é função do órgão estabelecer regras para as empresas de radiodifusão implantarem a AD na programação.

Em 25 de março de 2010 foi publicada a Portaria nº 188, em que foram feitas algumas alterações sugeridas pelo MiniCom. Assim, desde de julho de 2011 o recurso de audiodescrição passou a ser obrigatório na programação da TV brasileira. No início era oferecido em duas horas semanais obrigatórias, passando para quatro horas em julho de 2013 e, hoje, com seis horas semanais. A veiculação na grade de programação deve ocorrer entre 6h e 2h. Até 2020, serão 20 horas semanais com AD na programação.

Na TV desde 28 de abril de 2015 o *closed caption* é veiculado em 20 horas por dia, seguindo determinação prevista na portaria 310/2006. No período de dois anos e quatro meses a previsão é de totalidade da programação diária com *closed caption*.

Já a inserção da janela com um intérprete de Língua Brasileira de Sinais só é obrigatória no horário político e em campanhas institucionais do governo e de utilidade pública. No entanto, em julho de 2015, foi discutido o processo que estabelece a inserção de recursos de acessibilidade para pessoas surdas na programação de TV. Ele

foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital. Agora está em discussão pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. O objetivo do Ministério das Comunicações é estabelecer um cronograma para inclusão gradativa de Libras na TV e que a acessibilidade total ocorra até 2020. A exigência do recurso na televisão está determinado também pela portaria 310/2006.

No Brasil as emissoras de televisão se detêm em cumprir basicamente o que está na legislação. Para essa discussão destacamos Peter Freund (2005) que reforça que as estruturas espaciais e temporais são importantes para a construção social da deficiência. Para ele, o ambiente não é só onde ocorrem as interações sociais como é o que estrutura tais interações. Esse não é um espaço neutro porque oferece possibilidades e constrangimentos para os corpos. Ele influencia o funcionamento dos corpos. E muitas vezes é o que incapacitam os corpos. São os ambientes os responsáveis por estabelecerem a ideia de pessoas capazes ou não.

Por isso, acreditamos que as emissoras devem mudar a postura frente ao tema em prol de uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos. Principalmente por se apresentarem como prestadoras ou concessionárias de serviço público, devendo ter uma função educativa, cultural, de responsabilidade social de modo a ganhar densidade na vida cidadã e do coletivo social.

E como o telejornalismo pode contribuir para essa mudança de postura, não se prendendo meramente no que está previsto na legislação? É o que veremos a seguir.

4. O outro no telejornalismo - estudo de caso

Em pesquisas anteriores verificamos como as pessoas com deficiência são apresentadas nas notícias do telejornalismo e como isso pode afetar na construção da identidade desses sujeitos. A abordagem era justamente sobre a necessidade de interação do jornalista da maneira correta de tratar a deficiência. Essencialmente as pesquisas foram uma reflexão sobre as palavras usadas nas reportagens dos telejornais que fizessem menção às pessoas com deficiência.

De lá para cá, com acompanhamento contínuo sobre reportagens deste tipo, nossa percepção é que houve uma mudança de abordagem, talvez porque o assunto inclusão hoje seja mais discutido. Mas ainda assim há ainda um despreparo dos jornalistas para

abordar a temática. Indo ao encontro do que apresentamos aqui, há um desconhecimento sobre os recursos de acessibilidade que permitem a inclusão dessas pessoas nas matérias.

Apresentamos agora alguns exemplos disso e, em seguida, alguns caminhos que possam indicar uma mudança necessária, talvez, no ensino do telejornalismo, e essencialmente uma mudança de pensamento.

Inicialmente vamos falar sobre o uso da janela de Libras no telejornalismo. No segundo semestre do mês de abril de 2016 a TV Globo Minas, sediada em Belo Horizonte (MG), exibiu uma série, com três reportagens, que apresentava problemas mesmo mediante a existência de leis que garantem os direitos de grupos marginalizados. São eles: Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, inserido na Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Nesta última reportagem, apresentava as leis que deveriam facilitar a vida da pessoa com deficiência, mas que na prática ainda estão longe de serem cumpridas. O vídeo está disponível no site G1.

A reportagem de Vladimir Vilaça, com imagens de Gustavo Pimentel, começa com as palavras na tela “cidadania, direito, liberdade, cultura, saúde, educação”. E reforça que “pela última conta do IBGE, o país tem mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, mais do que toda a população da Argentina, por exemplo”. A reportagem logo no início nos chama atenção pelos números. Nas imagens, cenas de pessoas com alguma deficiência que precisam do auxílio de terceiros para alguma atividade, seja porque a rampa de acesso do ônibus está quebrada ou porque não há pisos táteis que orientem as pessoas com deficiência visual. Em seguida, o repórter convida uma pessoa na rua a colocar uma venda nos olhos e seguir pelas ruas. Ele reclama das guias na calçada que não têm continuidade e provavelmente deixam a pessoa com deficiência sem orientação de qual caminho seguir. Uma segunda ação de imersão é dada quando o repórter tenta pedir informações a um grupo de pessoas surdas. E é ele quem passa a ser o excluído no ambiente.

A matéria aborda, então, a Lei Brasileira da Inclusão. Mesmo com ela, as reclamações continuam na Defensoria Pública no setor especializado de atendimento às pessoas com deficiência que tiveram direitos violados. Em seguida, o texto fala sobre a

Língua Brasileira de Sinais. “Sabia que pela lei todo local de atendimento público tem que ter alguém que consiga se comunicar pelos gestos?”. Nas imagens, cenas, em plano aberto, de dois homens que andam pelas ruas conversando. Mais à frente descobrimos que são o personagem Ademar, que é surdo, e o intérprete de Libras Juliano Salomão. Ademar vai a três locais para mostrar o despreparo no atendimento. Primeiro ao Centro de Atendimento ao Turista em Belo Horizonte. Na tela aparece uma legenda com a pergunta da atendente: “Você lê lábios. Não. Então vamos tentar”. Em seguida, ele foi a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a cena mostra Ademar escrevendo o que deseja em um papel porque ninguém no local sabia Libras. Por fim, o personagem foi a uma Unidade de Atendimento Integrado (UAI) onde passou por três atendentes até ser informado por uma intérprete de Libras. O intérprete Juliano fala sobre a falta da atenção com as pessoas com deficiência. A reportagem diz que na única delegacia especializada para atendimento à pessoa com deficiência não há ninguém que traduza Libras. A delegada Danúbia Quadros justifica que funcionários se inscreveram para um curso há meses, mas ainda não foram chamados para participar. A defensora pública Fernanda Fernandes Milagres acrescenta que nos processos judiciais mesmo quem necessita do intérprete para acompanhamento nas audiências nem sempre tem o direito respeitado.

O personagem Ademar tenta, no meio da rua, pedir informações para as pessoas que passam. A maioria nem para para ajudar. Pela primeira vez, ele dá entrevista na matéria reclamando da forma como é tratado pela sociedade e que falta respeito com a pessoa humana. Ademar está de lado na cena e acompanhado pelo intérprete Juliano que traduz a entrevista. O procurador de Justiça Bertholdo de Oliveira encerra a reportagem dizendo que precisamos agir com políticas públicas. “A nossa política pública não pode ficar no discurso. Tem que efetivamente emancipar e empoderar essas pessoas vulneráveis”.

Encontramos nessa reportagem uma interessante imersão do repórter na temática, promovendo o sentimento real de quem passa pelos problemas diariamente. Um problema que é de todo cidadão: uns porque sofrem na pele e outros porque deveriam agir para resolver essas questões. Em todo o momento, a matéria menciona a questão da inclusão e da importância de empoderar essas pessoas. No entanto, entendemos que a

janela de Libras era essencial nesta reportagem. Temos cenas que representam pessoas com outras deficiências além da auditiva. Mas temos o personagem Ademar que é surdo e não pôde acompanhar o que foi apresentado na reportagem. Além disso, os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência auditiva são os mais comentados na reportagem. Mas a mensagem não chega até elas que estão envolvidas diretamente com a questão pela ausência da janela de Libras.

A matéria também não menciona que o repórter teve o auxílio do intérprete Juliano para conversar com Ademar. Essa é uma informação importante na construção do texto. O jornalista precisa se lembrar da questão básica de respeito à fonte, toda e qualquer fonte. Seja o personagem surdo, seja o intérprete de Libras. Aliás, Ademar foi o único entrevistado que não teve o crédito² de identificação. Não sabemos o sobrenome dele nem a profissão.

Uma outra questão a ser apresentada é o despreparo do repórteres e cinegrafistas até mesmo na hora da gravação de cenas com pessoas surdas e intérpretes. Entendemos que este é o encontro com o outro, o outro desconhecido porque são poucas as reportagens ainda realizadas com este público. O ideal seria que Ademar estivesse de frente para a câmera. Neste momento a janela de Libras é dispensável. Portanto, o telespectador que for acompanhar a fala de Ademar precisa ter a visão clara da cena, do movimento das mãos.

Para ilustrar as falhas mencionadas aqui, vamos recuperar a reportagem exibida pela TV Integração, afiliada da Rede Globo em Juiz de Fora (MG), em 22 de fevereiro de 2016. A reportagem é de Felipe Menicucci com imagens de Evandro Carvalho. O vídeo está disponível no site G1 Zona da Mata. A matéria era sobre o início do funcionamento de uma Central de Libras em Juiz de Fora. A unidade disponibiliza dois intérpretes de Libras pra ajudar pessoas que têm dificuldade de comunicação. Logo na cabeça³ lida pelo apresentador do telejornal já estava anunciado que a reportagem contava com tradução e interpretação em Libras. Portanto, com o uso do recurso o público-alvo do novo serviço foi informado corretamente, pôde ter acesso a todo o material apresentado na reportagem.

² Caracteres. Identificação dos entrevistados, repórteres, dados de pesquisa, endereços e ficha técnica que aparece no vídeo.

³ Texto lido pelo (a) apresentador (a) para introduzir a reportagem

A matéria tem entrevista do Secretário de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, Flávio Cheker, do presidente do Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência, Harisson Felipe Nassar, e da chefe do departamento de Políticas para a pessoa com Deficiência, Thaís Altomar. Para enriquecer a discussão, queremos reforçar outra situação. Thaís Altomar é cadeirante e a equipe de reportagem fez a entrevista no mesmo plano da entrevistada. É comum encontrarmos erros em que repórter ou cinegrafista permanecem de pé e o entrevistado cadeirante fica olhando para o alto.

Na sequência, a reportagem conta a história da Fabiana. Ela perdeu a audição quando criança. Na passagem⁴ do repórter, ele está sentado, ao lado de Flora, uma intérprete que é amiga da família. No plano estão o repórter e Flora. A cena aberta possibilita que o telespectador veja a interpretação da Libras que é feita por ela sobre a fala do repórter. Nesse momento a janela de Libras que estava ao longo da reportagem é suspensa. O repórter faz a pergunta para a personagem Fabiana e na cena em que ela começa a responder estão Fabiana e o marido. O plano é sempre aberto, com a filmagem dos entrevistados feita de frente. Assim, o telespectador acompanha a fala de Fabiana com clareza. Na tela aparece o crédito com nome de Fabiana e com sua profissão especificada.

A janela de Libras é retomada quando a reportagem segue em off⁵ falando sobre Pietro, filho do casal. E é retirada novamente quando surge novo trecho da entrevistada Fabiana. Percebemos a ausência da janela de Libras na fala do apresentador. A cabeça e a nota-pé⁶ também trazem informações importantes sobre a reportagem. Neste caso, foi informado em nota-pé o endereço da Central de Libras em Juiz de Fora.

A inserção da janela de Libras na reportagem foi uma ideia afinada entre a equipe de produção, reportagem e edição da TV Integração. Na elaboração da pauta foi discutida a presença de um intérprete com o repórter para a realização da reportagem. O

⁴ Ligação entre trechos de uma reportagem, servindo como ponte no caso de coberturas feitas em dois ou mais lugares distintos, É utilizada na matéria para destacar a presença do repórter no local onde se desenrola o fato. É a assinatura do repórter.

⁵ É a parte da notícia gravada pelo repórter ou pelo apresentador, para ser conjugada com as imagens do fato, sem que o rosto de quem faz a leitura apareça no vídeo.

⁶ É a finalização da reportagem, em um texto curto, lido pelo (a) apresentador (a).

repórter percebeu ainda que era essencial a tradução e interpretação em Libras para o entendimento da mensagem por todos. A intérprete da própria Central de Libras foi convidada a ir até o estúdio da TV para fazer o trabalho. Com o texto do repórter em mãos, foi gravada pela intérprete a tradução apenas do que estava em off na matéria e dos entrevistados, com exceção de Fabiana. A gravação na casa de Fabiana já tinha sido pensada pelo repórter e discutido com o cinegrafista para que a janela de Libras fosse descartada.

A inserção da janela, tecnicamente falando, é uma ação simples, de fácil solução na própria ilha de edição. Após gravada em estúdio, o vídeo com a intérprete é sobreposto ao vídeo da reportagem e reduzido ao canto da tela. O material ajustado já é exportado para exibição com a janela de Libras incluída.

Como vimos, a janela com um intérprete de Língua Brasileira de Sinais só é obrigatória no horário político e em campanhas institucionais do governo e de utilidade pública. Mas é notório como ela é essencial também em outros momentos, como nos exemplos demonstrados aqui.

Apresentamos outras reportagens, agora mais especificamente sobre o uso do recurso da audiodescrição. Uma outra matéria da TV Integração, realizada em Ituiutaba (MG) e exibida em 9 de julho de 2016, traz a história de Severino que nasceu cego. Ele é professor de um conservatório da cidade.

Após a leitura da cabeça pela apresentadora, a reportagem de Maurício Fabiano com imagens de Edson Santos, começa com uma vinheta bem colorida com vários rostos que representam profissões diferentes. Em seguida, o texto fala sobre o ensino da música e traz imagens de Severino tocando. O VT⁷ segue contando a história de Severino, intercalando com imagens dele e de alunos tocando. Em 1'45" de reportagem temos 10 segundos de um *sobe som*⁸. É um detalhe dos dedos de Severino tocando o violão e a cena abre mostrando o rosto dele. A matéria segue com as falas de Severino contando histórias e casos da vida dele. Em 2'21" novo *sobe som* de 6 segundos. Severino está tocando bateria. O menino Gabriel de Moraes Marques, de 8 anos, e também a estudante Camila Cristina Gouveia aparecem em entrevista falando sobre o

⁷ Termo substituto de reportagem, matéria.

⁸ Usado com o próprio *sobe som* ambiente captado na cena ou pode ser usado com fundo musical e imagens da matéria.

que aprenderam com Severino. A diretora do conservatório, Sílvia Queiróz, fala sobre o trabalho desenvolvido pelo professor. Em 4'14" novo sobe som de 5 segundos em uma cena mais fechada em que Severino está de lado e toca bateria. A matéria é finalizada com 10 segundos de sobe som com imagens de Severino sentado em frente à bateria, ele está com violão no colo. Com a mão direita intercala tocar o violão e uma das caixas da bateria.

Paternostro (2006) afirma que o texto em telejornalismo não deve ser descritivo, não deve explicar o que as imagens estão mostrando. Segundo ela, não é necessário “descrever o que o telespectador já está vendo. É óbvio demais. Além de chato”. (PATERNOSTRO, 2006, p. 86). Aqui apontamos uma diferença entre a fala do repórter em uma matéria de TV em relação ao que é feito na audiodescrição. Ao contrário do telejornalismo que a dinâmica texto/imagem deve ser compatível, na AD a regra fundamental é “descreva o que você vê”, o que seria uma redundância em telejornalismo, segundo avaliação de Paternostro.

Conforme apresentado aqui, a AD consiste na descrição das informações visuais e acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos “silêncios” das cenas. E a audiodescrição não deve sobrepor o conteúdo original. O principal desafio de elaborar a audiodescrição no telejornalismo é porque temos poucos “silêncios” existentes durante as reportagens. Mas entendemos que as brechas existem, ainda que pequenas.

No caso de sobe som, por exemplo, inserido na reportagem, a imagem deve ser descrita e há espaço para isso. Para nós, videntes⁹, a imagem vale mais do que frases descritivas nesses exemplos de “sobe sons”. Mas para o cego isto não é compreensível. Neste momento é necessário o uso da AD. Isso fica claro na matéria sobre Severino que detalhamos aqui.

No caso das passagens dos repórteres, a AD deverá sobrepor rapidamente o material original para informar à pessoa com deficiência visual que naquele momento existe uma aparição de quem está conduzindo a reportagem. Essa sobreposição deve ser evitada, mas pode ser utilizada quando necessário. O mesmo deve ser feito quando temos entrevistados nas matérias. Mencionamos o nome e a profissão de quem está

⁹ Vidente é o termo utilizado para designar aqueles que enxergam.

sendo entrevistado. Para os videntes, a informação é repassada no crédito. Para a pessoa com deficiência visual essa informação não é percebida e, por isso, deve ser audiodescrita.

Portanto, na matéria apresentada aqui, a audiodescrição é importante nos momentos de sobre som mencionados e também para informar quem são as pessoas entrevistadas na matéria. Nesta reportagem especificamente, a maior parte dos entrevistados já é indicada no off e assim a AD é dispensável, até mesmo para evitar muita sobreposição de áudio no material. Mas a audiodescrição nos sobre sons é essencial. O próprio personagem da matéria não tem conhecimento do que está sendo mostrado sobre ele na reportagem.

Diferente da janela de Libras, a inserção da audiodescrição ainda não é um processo simples, até mesmo por ainda ser novidade na maioria das TVs. A inserção de uma segunda faixa de áudio no projeto na ilha de edição não é trabalhoso. Mas a manutenção do som em um segundo canal de áudio, por onde a AD é oferecida, requer um estudo pelo setor de engenharia da emissora. Mas com a exigência cada vez maior do uso de recurso de acessibilidade na TV, a tendência é que esse processo seja facilitado. Então, caberá ao jornalismo solicitar a inserção da AD em seus materiais.

Para tentar driblar as barreiras nesta implantação da audiodescrição, apontamos alguns caminhos possíveis e que exigem uma mudança de postura na escrita dos textos. Apresentamos aqui uma outra reportagem exibida pela TV Integração Juiz de Fora em 30 de outubro de 2015. O assunto era uma oficina de audiodescrição realizada na cidade durante o Festival Primeiro Plano. A reportagem é de Luiz Felipe Falcão com imagens de Oswaldo Neiva. O repórter traz um texto diferente, mas que é capaz de incluir as pessoas com deficiência visual que assistiam o VT. “Nesta sala de aula estão 20 pessoas. E praticamente todo mundo está assentado. As cadeiras foram posicionadas formando metade de um círculo. Tem também algumas pessoas sentadas perto da parede dos fundos. Do lado direito entra luz do dia pelas janelas e na frente, uma mulher está em pé. Cabelo preso, camiseta e saia. É ela quem coordena a oficina de audiodescrição. Sabe o que é? É uma oficina para ensinar a descrever, falando, as imagens para pessoas com deficiência visual. E exatamente por causa dessa forma de inclusão que você, telespectador, está me ouvindo explicar quase tudo o que tem na

sala. Gostou? Assim na primeira vez, pode até causar um pouco de estranheza, né? Mas imagina só quem precisa, todos os dias, ouvir a televisão, ouvir um filme no cinema, ouvir uma peça de teatro sem saber o que acontece quando ninguém está falando.” O repórter faz um texto descritivo que permite que as pessoas cegas ou com baixa visão acompanhem a reportagem. Ele segue apresentando as entrevistas no off para que novamente as pessoas com deficiência visual possam perceber quem é o entrevistado. “Agora a coordenadora da oficina está na imagem. Ela parou a aula, chegou bem perto da câmera e aparece da altura do antebraço pra cima. Ela chama Patrícia e explica porque a audiodescrição é tão importante”. Em seguida, entra sonora de Patrícia Almeida. Os entrevistados seguintes são apresentados depois da sonora. “Os dois que você acabou de ouvir são o Antônio e a Bárbara. E ao participar do oficina descobriram que ainda existem muitos desafios pela frente. Assim como o João. É ele quem aparece, agora na imagem da matéria. Usa óculos. O bacharel em Direito sabe bem o que a audiodescrição pode mudar na sua vida”. Nesta reportagem, temos muito claramente que o repórter teve a preocupação com o outro, com o outro com deficiência visual que acompanhava a reportagem e era o principal beneficiado por essa oficina. É isso que queremos despertar nesta pesquisa.

Apontamos ainda a necessidade de se repensar a forma como são utilizados os recursos imagéticos no telejornalismo, como mapas, gráficos, quadros, principalmente. Muitas vezes a elaboração do texto não é igual ao que está sendo apresentado na imagem. Fica subentendida a leitura complementar, principalmente quando relacionada a dados. Verificamos que nestes casos não há espaço para a realização da audiodescrição. Mas entendemos que é preciso que haja a reformulação desses textos, com orientações no meio acadêmico e nas redações, para que os cegos e pessoas com baixa visão também possam estar incluídos e recebam essa informação completa.

Sabemos da importância da acessibilidade em vários meios, seja em produtos, ambientes e até na forma de tratamento dada por cada pessoa. Especificamente neste estudo entendemos como que a audiodescrição e a janela de Libras podem permitir que as pessoas com deficiência visual e auditiva possam assistir à televisão de modo mais agradável, oferecendo a sensação de igualdade por poderem comentar com pessoas sem deficiência os programas de TV e as notícias dos telejornais; além de trazer a

independência dessas pessoas e a inclusão social.

Referências

BRASIL. Norma Complementar nº01/2006. Estabelece os recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em <http://www.mc.gov.br/normas/26752-norma-complementar-n-01-2006>. Acesso em 20/07/2016.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Cartilha IBDD dos direitos da pessoa com deficiência - 2.ed. [rev. e atualizada]. - Rio de Janeiro: IBDD, 2009.

FREUND, Peter. Bodies, disability and spaces: the social model and disabling spatial organizations. In: FRASER, Miriam; GRECO, Monica. **The body**: a reader. London: Routledge, 2005, p. 182-186.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. São Paulo: Brasiliense, 2006.

POZZOBON, Graciela; POZZOBON, Lara. **O que é audiodescrição?** Site audiodescrição. Disponível em: <http://audiodescricao.com.br/ad/o-que-e-audiodescricao/> Acesso em: 10 mar. 2015.

Reportagem TV Integração sobre inauguração da Central de Libras. Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/central-de-libras-e-inaugurada-em-juiz-de-fora/4832346/>. Acesso em 29/07/2016.

Reportagem TV Integração sobre Oficina de Audiodescrição. Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/oficina-de-audiodescricao-acontece-em-juiz-de-fora/4575466/> Acesso em 29/07/2016

Reportagem Globo Minas sobre Estatuto da Pessoa com deficiência. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/pessoas-com-deficiencia-sofrem-com-leis-ignoradas-que-estao-em-estatuto/5165011/> Acesso em 29/07/2016

Reportagem TV Integração sobre professor de música cego. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/videos/v/quadro-meu-talento-mostra-habilidades-de-professor-de-musico-cego-em-ituiutaba/5169237/> Acesso em 29/07/2016

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010. p. 101-126.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.